

Relatório de Gestão da SCPPD

campus Porto Seguro

Período:
2024-2025

Membros titulares:

Paulo Raimundo Stering Malta
Presidente

Joângelo Souza da Silva

Lucas da Silva França

Luciano Campos dos Santos

Rosemary Magalhães Lima

Membros suplentes:

Adriana Aparecida Souza Vale

Allison Gonçalves Silva

Sumário:

1. Breve histórico da instalação das SCPPDs	4
2. Política de Capacitação Docente	4
3. Movimentação de processos na SCPPD campus Porto Seguro	5
4. Manuais elucidativos concernentes a fluxos processuais	6
5. Considerações finais	6

1. Breve histórico da instalação das SCPPDs

A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) surgiu em 1987, por meio do disposto no Art. 11 do Decreto nº 94.664/1987, regulamentado pelos Arts. 5º ao 8º da Portaria MEC nº 475/1987. Todavia, com a promulgação da Lei nº 12.772/2012, esta legislação foi revogada, sendo que esta comissão foi constituída nos IFEs por meio do Art. 26 da Lei nº 12.772/2012, complementado pelo Decreto nº 7.806/2012 por meio dos artigos 8º ao 12.

Conforme regulamentação prevista através do Conselho Superior (CONSUP), as SCPPDs (Subcomissões Permanentes de Pessoal Docente) foram instaladas no Instituto Federal da Bahia (IFBA) por meio da Resolução CONSUP Nº 37, de 23 de dezembro de 2021, objetivando descentralizar sua atuação por meio destas subcomissões nos *campi* e garantir maior representatividade à categoria docente.

A presente subcomissão foi instalada por meio da Portaria DG.PSG nº 041/2024, de 23 de abril de 2024. A organização dos trabalhos ocorre por meio da análise dos processos enviados à unidade da subcomissão realizada por todos os seus membros, através de relatorias individuais pelos membros titulares, conforme ordem de envio à unidade. Também são realizadas reuniões ordinárias mensais envolvendo os membros titulares, estas objetivando organizar a rotina de atuação da comissão bem como encaminhar ações previstas dentro da nossa competência.

2. Política de Capacitação Docente

Considerando as disposições legais de assessoramento à Direção Geral no que tange às competências da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), em particular levando-se em conta o disposto Art. 26, inciso V da Lei nº 12.772, de 28/12/2012, bem como previsto no art. 6º, inciso V da Resolução CONSUP/IFBA nº 89, de 13/02/2023, esta subcomissão discutiu a respeito da construção de uma política de capacitação docente no *campus* Porto Seguro, uma vez que há previsão legal aos servidores prevista na Lei 8.112, de 11/12/1990, porém pouco implementada até então, considerando a natureza das atribuições da carreira docente.

Nesse ensejo, foi encaminhada minuta desta política após ampla discussão interna por meio desta subcomissão à Direção Geral, permitindo que esta minuta seja apreciada pelo Conselho de Campus, para elaboração de resolução que garanta a implementação da licença capacitação à categoria docente. A tramitação desta minuta pode ser acompanhada através do processo SEI nº 23282.000787/2025-52.

3. Movimentação de processos na SCPPD *campus* Porto Seguro

A planilha abaixo retrata os processos tramitados na unidade SCPPD.PSG ao longo dos anos de 2024 e 2025. Após analisados por esta subcomissão, fundamentados pela legislação em vigor, e conforme fluxo estabelecido pela CPPD, é apensado parecer a cada um destes e remetido à CPPD para emissão de parecer final.

Mês/Ano	Progressão/ Promoção Funcional	Promoção à Titular	Retribuição por Titulação	Aceleração da Promoção	Reconhecimento de Saberes e Competências	Afastamento para estudos
04/2024	7					
05/2024	1		1			
06/2024						
07/2024					1	
08/2024	1	2	1			
09/2024	3	1	1			
10/2024	5	1				
11/2024	2					1
12/2024	1					
01/2024						
02/2024	1		1			
03/2024	2					
04/2024	3					
05/2024	7			2		
Total	33	4	4	2	1	1

4. Manuais elucidativos concernentes a fluxos processuais

Após a instalação desta subcomissão, uma das primeiras ações realizadas foi a elaboração de manuais voltados aos processos sob responsabilidade de análise da SCPPD, como Progressão Funcional, Retribuição por Titulação Docente (RT) e Mudança de RSC para RT (conforme anexo).

A motivação para a criação desses documentos foi garantir maior transparência aos fluxos processuais, respeitando a natureza específica de cada processo, além de oferecer suporte prático aos docentes em sua elaboração.

Para acessar os manuais elaborados, clique nos links abaixo:

- [Progressão Funcional](#)
- [Retribuição por Titulação Docente \(RT\) e Mudança de RSC para RT](#)

5. Considerações finais

Esta subcomissão, visando auxiliar a categoria docente bem como fazer cumprir as atribuições legais previstas à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), realizou as ações elencadas ao longo deste relatório. Todavia, estas ações não se encerram até o presente momento.

Entendemos que a Política de Capacitação Docente é basilar ao aprimoramento da oferta realizada pelo *campus* Porto Seguro à comunidade, considerando que a atuação no magistério não é estanque e a complementação dos saberes é essencial ao aprimoramento do serviço prestado pelo instituto.

Buscamos também não resumir a atuação desta subcomissão apenas à mera análise burocrática de tramitação de processos, mas garantir que a categoria docente seja representada e tenha sua carreira devidamente implementada conforme previsto na legislação em vigor.